

A expressão visual da matéria cavaleiresca: heráldica

REJANE MARIA BERNAL VENTURA
Grupo Educacional Carlos Drummond de Andrade
Brasil

A civilização medieval consolida-se por meio de signos. Palavras, gestos e costumes têm um significado próprio, aparente ou oculto. O vestuário, principalmente, assume uma representação maior nesse ambiente. Pois, através do número de peças que a compõe, a propriedade dos tecidos, a luminosidade das cores, a variedade dos ornamentos e acessórios, a roupa designa a posição de um indivíduo no centro de um determinado grupo e o papel deste grupo no seio da sociedade. Como o poder da aristocracia decresce em detrimento da burguesia emergente, era primordial assinalar as diferenças e os privilégios oriundos do nascimento e o fato de pertencer a uma casta.¹ E Jacques Le Goff chega mesmo a afirmar que: “Não se vestir em conformidade com as pessoas de sua própria condição social equivalia ou a cometer o pecado maior da ambição, ou a degradar-se”².

Diversos acessórios, tais como insígnias, emblemas e brasões, inserem-se nessa mesma circunstância e cumprem função semelhante, pois, tanto quanto a vestimenta, o uso sistemático de signos hereditários no escudo de um cavaleiro ou de um nobre expressava a vinculação do indivíduo a um grupo, bem como apontava sua relevância e posição dentro dele, apesar de “jamais ter sido um atributo exclusivo da nobreza”³.

É sabido, contudo, que desde tempos mais remotos, as forças militares dos vários povos haviam utilizado insígnias de uma classe ou de outra com a finalidade de reconhecer-se quando em exercício. Gregos, romanos e alguns impérios do Oriente serviam-se de formas decorativas e cores sobre seus escudos, procurando distinguir-se uns dos outros. Os signos utilizados na Idade Média, porém, divergem completamente das figuras emblemáticas da Antiguidade, não abrangendo em sua composição o mundo misterioso dos símbolos. E seu surgimento não se deveu exclusivamente às Cruzadas⁴.

É possível observar, no segundo quarto do século XII, que o uso de brasões surge em diferentes regiões da Europa ocidental: Anjou, Normandia, Picardia, *Île-de-France*, Inglaterra meridional, vale do Reno. A partir de 1150, seu emprego engloba não só o espaço geográfico, mas abarca grupos sociais. Se no início tal privilégio pertencia a chefes guerreiros, gradativamente seus vassalos e subvassalos

1 Michel Pastoureau, *No Tempo dos Cavaleiros da Távola Redonda. (França e Inglaterra, séculos XII e XIII)*, p. 87.

2 Jacques Le Goff, *A Civilização do Ocidente Medieval*, p. 359.

3 Michel Pastoureau, *op. cit.*, p. 97.

4 *Idem, ibidem.*

passam a adotá-los, de modo que, no início do século XIII, cada pequena e média nobreza possui o seu. Em conseqüência, outros grupos passaram a empregá-los: “as mulheres (antes de 1156), as cidades (a partir de 1190), os clérigos (por volta de 1200), os burgueses (cerca de 1225) e inclusive os camponeses (a partir de 1234). A disseminação do uso de brasões segue até o século XV e jamais se restringiu a uma categoria social particular”⁵.

A regulamentação do uso desses atributos começou a tomar contorno mais definido em fins do século XII, e as normas de composição foram fixadas somente a partir da metade do século XIII, quando o termo Heráldica foi designado para definir o uso sistemático de insígnias hereditárias no escudo de um cavaleiro ou de um nobre. Três talvez tenham sido os principais motivos para sua normatização: a ascensão dos senhores feudais à nobreza e a exigência do uso de insígnias que afirmassem sua ancestralidade e seu poder; a consolidação da Instituição Cavalaria e a necessidade de distinção junto a seus pares quanto ao seu grau hierárquico por ocasião dos torneios; e o fortalecimento da Igreja Cristã, que incitou a reconquistar a Terra Santa por meio das Cruzadas.

Como os exércitos militares fizessem uso de insígnias diversas, com a finalidade de distinguir-se em campanha, desde tempos mais antigos a Heráldica, enquanto emprego sistemático desses símbolos, parece ter-se originado no período medieval, como uma resposta a essa demanda.

Em se tratando do uso da armadura nessas circunstâncias, sejam em tempos de guerra, ou então, por ocasião dos torneios da nobreza, houve determinado momento em que se tornou premente criar elementos ou sinais específicos que discernissem o guerreiro, principalmente quando ele se encontrava encerrado da cabeça aos pés em uma cota de malhas e usava um elmo sobre a cofia (barrete com almofadas e armadura de ferro, colocados debaixo do elmo) que lhe ocultava por completo suas feições no momento do combate⁶.

Com relação aos torneios, era imperioso diferenciar os cavaleiros, a fim de saber quem havia sido desmontado e aquele que havia realizado grandes proezas na arena, além da necessidade de serem reconhecidos pelos juízes e espectadores que assistiam ao certame. Se, num primeiro momento, as pinturas feitas nos escudos serviram a um propósito meramente decorativo, passaram gradualmente, desde o início do século XII, a constituir signos de distinção.

Representada a princípio somente no escudo, a divisa heráldica veio a ser, aos poucos, disposta também nos mantos usados sobre a armadura dos cavaleiros e nos arreios de seus cavalos, como também nos sinetes, nas tumbas e efígies. Tornou-se, com o tempo, mais do que simplesmente uma marca individual de reconhecimento: transformou-se em símbolo hereditário de famílias nobiliárias e passou a ter regras bem definidas quando de sua apresentação no escudo.

O uso de divisas armoriais nos sinetes, mais comum na metade do século XII, ilustra a mesma tendência, em direção a um emprego de tais símbolos com o objetivo de acentuar a posição hereditária do cavaleiro⁷.

É preciso tecer aqui algumas observações acerca da denominação “cavaleiro”. A Cavalaria foi uma instituição que se introduziu no sistema feudal por volta do ano 1000. O cavaleiro designado enquanto tal era todo aquele que portava armas e havia se submetido aos rituais de uma cerimônia de sagração específica. Não formavam uma classe com poderes jurídicos, mas pertenciam a uma categoria social que agregava homens treinados para combate e, nesse período, qualquer homem batizado poderia ter acesso e ingressar na instituição. Mas a situação se modifica, pois, a partir da metade do século XII, os cavaleiros passam a ser cooptados quase que exclusivamente entre os filhos dos próprios cavaleiros, formando

5 *Idem, ibidem*, pp. 97-98.

6 Maurice Keen, *Chivalry*, p.125.

7 *Idem, ibidem*, p. 126.

assim, uma casta hereditária⁸. A sagração de plebeus torna-se um fato de exceção. E isso deve-se a dois motivos principais. Primeiro, o recrutamento no grupo dos próprios cavaleiros favoreceria o controle de uma classe, a aristocracia da terra, acima de uma instituição que não era regrada por nenhuma norma de direito. E segundo, por uma questão econômica: para se obter o cavalo, o equipamento militar, a cerimônia e as festas de sagração, eram necessárias altas somas de dinheiro, o que demandaria riqueza advinda somente dos possuidores de terra. Assim, para ser cavaleiro, seria preciso viver da generosidade de um rico e poderoso senhor, ou então, viver dos próprios rendimentos de um patrimônio⁹.

E é sob essas circunstâncias que o uso de insígnias passa a ser atributo hereditário do cavaleiro. Ele só pertence à Cavalaria por fazer parte da nobreza.

A partir desse período no século XII e, mais tarde, no século XIII, muitas famílias demonstraram ter utilizado mais do que uma divisa ou ter alterado seus brasões de armas por vontade própria, devendo-se tal atitude ao recebimento de uma herança ou de um novo feudo, ou então, devido a uma nova conexão com outra linhagem estabelecida por matrimônio. Todavia, com certa frequência, os clãs mudavam suas divisas apenas por um capricho.

Os mais antigos exemplos do uso de procedimentos armoriais eram circunscritos a um limitado setor da nobreza, às grandes famílias cuja riqueza e amplas posses colocava-as à parte da classe dos cavaleiros comuns. As primeiras referências realmente sugerem que havia uma ligação direta entre o direito ao brasão de armas e a possessão ancestral de feudos e castelos, e que em batalha, somente aqueles contemplados com feudos e conduzindo um contingente portavam individualmente divisas distintas. Foi possível observar uma mudança nessa prática ao longo do século XIII. O uso de sinetes armoriais por escudeiros e homens, que apesar de pertencer a famílias de classe cavaleiresca não haviam sido eles próprios armados cavaleiros, tornou-se muito mais comum¹⁰.

É preciso salientar, também, que do século XII em diante se criou uma proximidade entre a grande nobreza e a classe cavaleiresca mais simples. Vínculos eram forjados e fundamentados em ideais de patrocínio por um lado e serviço leal de outro. E os armoriais serviam de evidências simbólicas que reafirmavam tais ligações e sua natureza específica.

Após 1200, é possível constatar que famílias de classe cavaleiresca não tão ilustres passaram, igualmente, a estabelecer seus costumes armoriais, adotando insígnias numa escala em miniatura com intenção decorativa, como a arquitetura de castelos no projeto de suas casas de domínio feudal. Tal atitude foi decorrência da expansão da cultura literária da cavalaria para além das cortes dos grandes nobres e também de seu glamour¹¹.

I. UMA EMBLEMÁTICA DE DISTINÇÃO

A Heráldica, além de servir originalmente para a preservação da alta aristocracia, veio a ser com o tempo uma emblemática de distinção, pelo orgulho de nascimento, posição e cultura da nobreza em seu mais extenso âmbito. De fato, nos últimos anos da Idade Média, as categorias de nobreza eram estendidas para abarcar outras categorias além de cavaleiros, como escudeiros, gentis-homens, homens de armas e mesmo patrícios cidadãos. O título para portar o brasão de armas era para a classe cavaleiresca mais simples um instrumento precioso para admissão no imponente círculo dos Cavaleiros ilustres. Onde quer que romances de cavalaria e amor cortês fossem lidos e recitados, e houvesse multidões reunidas

8 Michel Pastoureau, *op. cit.*, p. 42-43.

9 *Idem, ibidem*, p. 43.

10 Maurice Keen, *Chivalry*, p. 127.

11 *Idem*, p. 128.

para testemunhar o combate dos torneios, onde quer que nobres famílias olhassem para trás, sobre suas próprias recordações de proezas e associações honrosas, a Heráldica estava presente e era um atestado de certificação dessas circunstâncias¹².

Foi possível à Heráldica desenvolver-se e vir a ser um ramo erudito, porque a arte dos brasões passou a configurar-se de modo mais sistemático, nos primeiros tempos de seu surgimento, como já dito acima, em fins do século XII e primeira metade do século XIII. Se por um lado a Heráldica pôde ser definida por meio de seu objetivo fundamental, que era representar a hereditariedade das linhagens na cota de armas, por outro, ela pôde também ser caracterizada como o meio de regulamentação das insígnias, através da qual todo o emprego dos elementos utilizados, tais como figuras, cores, motes, animais dispostos em escudos, vestimentas e sinetes obedeciam a uma normatização bem determinada¹³.

É preciso salientar que, para se realizar a elaboração dos brasões, vários elementos foram tomados de empréstimo de outros aparatos. Assim, “os estandartes forneceram as cores e as divisas geométricas; os sinetes, o repertório das figuras (animais, plantas e objetos) e seu caráter hereditário; os escudos, enfim, a forma triangular e a disposição geral. Os brasões não foram, portanto, uma criação espontânea, e sim a fusão num único signo de diferentes elementos preexistentes”¹⁴.

Foi estabelecida, igualmente, uma regra que limitava o uso de cores dos brasões a cinco matizes: azul, vermelho (*goles*), verde (*sinople*), preto (*sable*) e púrpura (violeta-escuro). Havia também duas cores para representar os metais, o ouro (amarelo) e o prata (branco). Eram utilizados, do mesmo modo, forros de peles: arminho, (coberto de manchas pretas em fundo branco) e veiro (pele, metade branca, metade cinzenta, derivada de uma espécie de esquilo). Os termos técnicos são de origem francesa e respeitam a influência predominante de sua configuração, devido à hegemonia da França nas primeiras épocas da cavalaria.

Outras regras estabeleciam também que uma cor não deveria ser disposta sobre outra, nem um metal sobre outro metal. Sendo assim, era contrário à regra colocar ouro ao lado de prata, vermelho ao lado de azul, preto ao lado de verde, etc. Nas peças honrosas de primeira ordem, os motivos decorativos geométricos representados no escudo, tais como divisa do líder de um clã, faixa, barras em ângulo no escudo e bandas, vieram a ser definidas e limitadas em número, assim como o arranjo dos pássaros e animais ferozes aceitos como propriamente heráldicos¹⁵.

As normas não se restringiam apenas à definição das figuras, mas estendiam-se igualmente na maneira de descrevê-las no brasão de armas, adornando-as com todo tipo de signos heráldicos. Por exemplo, a cor do campo deveria ser mencionada primeiro, depois viria a figura principal, a seguir qualquer divisa adicional e, finalmente, as diferenças, tais como os sinais de cadência: legendas, bandas (faixas que atravessam diagonalmente o escudo, da esquerda para a direita), letreiros, outros tipos de faixas, etiquetas e marcas, como aquela de três pontos representando obrigatoriamente a importância do mais velho herdeiro de um clã.

Essas regulamentações são explicitadas no mais antigo tratado sobrevivente de Heráldica, o anônimo *De Heraudie*, que deve ter sido escrito no fim do século XIII. Esse tratado apresenta a linguagem heráldica do brasão completamente desenvolvida.

Como já mencionado acima, o direito ao brasão de armas na Idade Média estava estreitamente ligado às leis de posse. Segundo o livro *The Boke of St. Albans* (1486), quatro seriam os motivos justificados para que um homem pudesse reivindicar o título do brasão de armas: se ele o tivesse herdado;

12 *Idem*.

13 *Idem*, pp. 128-129.

14 Michel Pastoureau, *op. cit.*, p. 98.

15 Maurice Keen, *op. cit.*, p.129.

por tomada de posse de um feudo ou ofício particular; pela razão de ter-lhe sido concedido o título de lorde ou príncipe; ou então, por tê-los capturado de um inimigo em batalha¹⁶.

Já no tardio século XV, era claro que muitos podiam assumir um brasão de armas por sua própria vontade, sem permissão de qualquer autoridade superior, e isso não era necessariamente desaprovado.

Em um famoso tratado do advogado italiano Bartolus, *De Insigniis et arms*, de cerca de 1350, expõe-se que todo homem era livre de portar o brasão de armas para distinguir-se e aos seus familiares, assim como poderia adotar nomes (com a condição de que o título daquele que tivesse seus brasões de armas por concessão de um príncipe deveria ser preferido em relação àquele que os havia assumido por sua própria autoridade, mesmo que o último pudesse mostrar uso mais longo).

As cores, tanto quanto as divisas representadas num escudo, podiam também abarcar acepções simbólicas ou alegóricas. No século XV, heraldos eruditos explicavam uma relação esquemática entre as cores da Heráldica e as virtudes cavaleirescas. Desse modo, prescreviam que o ouro denotava nobreza; o vermelho, proeza; o azul, lealdade, e a púrpura, generosidade. Esse sistema abrangia também relações paralelas de cores com pedras preciosas, astros e dias da semana¹⁷.

A combinação de brasões num só escudo, exposto sobre uma tumba, em um monumento de bronze ou descrito em um livro armorial, podia ter a função de recordar, não meramente a identidade de um indivíduo e seus descendentes em sangue, mas narrar toda uma história associada às suas realizações cavaleirescas ancestrais.

O brasão de armas era empregado, igualmente, no uso dos sinetes, utensílios gravados em alto ou baixo relevo, que serviam para autenticar documentos legais, com propósitos práticos não dissociados de ligações éticas e honrosas. A impressão de um sinete colocado sobre um documento representava um sinal não somente de autenticidade, mas também de honra e credibilidade garantida a quem o utilizasse.

Tais regras de conduta são as mesmas que norteiam as honrarias no procedimento de armação de um cavaleiro, pois, uma vez que um cavaleiro ou escudeiro tivesse vestido sua cota de armas na hora e lugar da batalha, ele não poderia ser desarmado sem grande vergonha para sua honra, salvo em três casos: por vitória, por ter sido feito prisioneiro, ou por morte¹⁸.

2. PARTICULARIDADES DE ALGUNS ELEMENTOS DA HERÁLDICA

A forma dos escudos varia conforme cada país e diversas são as figuras que os compõem. Elas podem ser naturais, artificiais e quiméricas.

As figuras naturais seguem o padrão da História Natural e distribuem-se em elementos minerais, vegetais, animais e seres racionais. Por exemplo: sol, lua, estrela, montanha, fogo, rios, plantas, árvores, flores, frutos, leão, águia.

As figuras artificiais são todas aquelas inventadas pelo engenho humano. Qualquer objeto, instrumento, máquina e obra de índole física ou material que possa ser introduzida em um escudo. Por exemplo: castelo, torre, ponte, muralhas, palácios.

As figuras quiméricas pertencem à categoria dos seres mitológicos e fabulosos, criados a partir de outros reais. Por exemplo: dragão, unicórnio, esfinge, hidra.

¹⁶ *Idem, ibidem*, pp. 129-130.

¹⁷ *Idem*, p. 131.

¹⁸ *Idem*, p. 133.

3. OS HERALDOS

Plenamente vinculados à ciência da Heráldica encontram-se os Arautos ou Heraldos. Por volta dos últimos anos do século XIV, os Heraldos haviam conquistado posição estabelecida e eram figuras dignificadas no mundo da Cavalaria. Eles eram reconhecidos como peritos em armaduras e em todos os assuntos cerimoniais seculares: na exibição dos torneios, no complexo aparato de armação do cavaleiro antes de ingressar na arena, no julgamento das habilidades e proezas realizadas por ele nos combates, nos rituais de coroações e nos funerais.

Eles tinham também importante função no campo em períodos de guerra. Era seu ofício registrar promoções da classe cavaleiresca, na véspera da batalha, procurá-los depois entre os mortos e anotar os nomes e brasão de armas daqueles que haviam demonstrado grandes façanhas no campo. O mais importante era que, em termos práticos, eles haviam conquistado imunidade por ocasião dos combates e atuavam como mensageiros entre os combatentes. Se um desafio pessoal precisava ser entregue, se uma cidade era intimada a se render, se um armistício era procurado, ou se salvo-condutos eram requeridos a fim de habilitar negociadores para encontrar e discutir termos (de trégua, paz ou rendição), um Heraldo era despachado para carregar a mensagem ou requerê-la. Pelo século XV, os grandes Heraldos eram líderes de sua profissão, responsáveis pelos armoriais, pelo registro da genealogia de um clã e acabaram por consequência vindo a representar uma função bastante significativa na diplomacia principesca¹⁹.

Com o exposto, tentamos de modo sucinto apresentar alguns pequenos aspectos de uma arte-ciência que foi, no período medieval, importantíssima, não só por representar um fator de distinção, reconhecimento, virtude e honra da nobreza do período, como também, chegando até nós hoje, como um precioso registro da expressão visual daquilo que foi a cultura da Cavalaria.

BIBLIOGRAFIA SELECIONADA

FOX-DAVIES, Arthur Charles. *Heraldry – A Pictorial Archive for Artists & Designers*. New York, Dover Publications, Inc., 1991.

GRIXALBA, Carlos. *Enciclopedia de Heráldica*. Madrid, Editorial LIBSA, 2006.

HOPE, W. H. ST., John. *Heraldry for Designers and Craftspeople*. New York, Dover Publications, Inc., 1999.

LE GOFF, Jacques. *A Civilização do Ocidente Medieval*. São Paulo, EDUSC, 2005.

KEEN, Maurice. *Chivalry*. New Haven, London, Yale University Press, 2005.

PASTOUREAU, Michel. *No Tempo dos Cavaleiros da Távola Redonda. (França e Inglaterra, Séculos XII e XIII)*. São Paulo, Companhia das Letras/Círculo do Livro, 1993.

RESUMO: Este artigo tem por objetivo expor algumas considerações sobre a arte da Heráldica, no que diz respeito a seu contexto histórico e às normas que a regeram. Em suas origens no século XII, passou a adquirir importância em paralelo ao desenvolvimento da Instituição Cavalaria, e abrangia o significado de uso sistemático de insígnias hereditárias no escudo de um cavaleiro ou de um nobre. Somente no final desse mesmo período, o século XII, é que tem lugar uma regulamentação do uso de atributos simbólicos, da hereditariedade de tais símbolos e dos graus de nobreza.

Palavras-chave: Heráldica – Cavalaria – armorial – insígnias – escudo.

19 *Idem*, p. 134.

ABSTRACT: This article aims to present some considerations on the Art of Heraldry, with regard to the historical context and the rules that governed it. In its origins in the twelfth century, began to acquire importance in parallel to the development Institution of the Chivalry, and covered the meaning of a systematic use of hereditary insignia on the shield of a knight or a nobleman. And it is only the end of that period, the twelfth century, one that takes place regulating the use of symbolic attributes, the inheritance of such symbols and degrees of nobility.

Key-words: Heraldry – Chivalry – armorial – insignia – shield